



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - LICENCIATURA**



**OS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS E SUA CONTRIBUIÇÃO
PARA A DOCÊNCIA NO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS
SOCIAIS – UFAL**

**MACEIÓ – AL
2016**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - LICENCIATURA



Maria Milena Rodrigues da Rocha

**OS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS E SUA CONTRIBUIÇÃO
PARA A DOCÊNCIA NO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS
SOCIAIS – UFAL**

Trabalho de Conclusão de Curso como pré-requisito para a Conclusão do Curso de Ciências Sociais Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Luciana Santana.

MACEIÓ – AL

2016

Maria Milena Rodrigues da Rocha

**OS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS E SUA CONTRIBUIÇÃO
PARA A DOCÊNCIA NO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS
SOCIAIS – UFAL**

Monografia aprovada em ____/____/____ pela Banca Examinadora da
Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Curso de Ciências Sociais - Licenciatura.

Prof^a. Dr^a Luciana Santana (Orientadora)

1º Examinadora: Dra. Anabelle Lages.

2º Examinadora: Mse Jordânia de Araújo Souza

RESUMO

O Estágio Supervisionado é uma das exigências dos cursos de licenciatura e podem ser considerados como “espaços” onde o futuro profissional terá o primeiro contato com o dia-a-dia de sua profissão. Entretanto, considera-se que, ao ser deixado para o final do curso, torna-se insuficiente para que as habilidades profissionais sejam apreendidas após um longo período de absorção teórica. No tocante a formação docente, o estágio deve ser ainda mais valorizado, pois é nele que o futuro professor terá o seu primeiro contato com a práxis docente. O presente trabalho discute a importância da articulação teoria x prática em ciências sociais no Estágio Supervisionado e sua real importância deste para a formação docente em Sociologia. Dessa forma observa-se que o Estágio é o espaço onde (desde o início) o futuro docente terá que aprender a criar estratégias para solucionar os possíveis problemas em sala de aula, onde irá formar sua identidade docente e absorver saberes e valores, que lhe dará uma personalidade profissional. O que se quer é desmistificar o estágio como sendo apenas parte de atividade curricular ou extracurricular realizada para complementação de carga horária e afirmá-lo como período de significativa aprendizagem, um instrumento para articular teoria e prática, e criação de novas práticas que favoreçam o desenvolvimento de várias visões à cerca do cotidiano na sala de aula, agregando experiência ao futuro docente, principalmente na busca de novos meios para a promoção do conhecimento.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado; teoria; prática; formação docente; docência.

RESUME

La Pasantía Supervisada es uno de los requisitos de los cursos de grado y se puede considerar como espacios donde el futuro profesional tendrá el primer contacto con el día a día de su profesión. Sin embargo, se considera que, al ser dejado para el final del curso, se convierte en insuficiente para aparecer competencias profesionales son incautados después de un largo período de absorción teórica. En cuanto a la formación del profesorado, la pasantía debe ser aún más valorada, pues es en ella que el futuro maestro tendrá su primer contacto con la práctica docente. El presente trabajo discute la importancia de la articulación teoría x práctica en las ciencias sociales en la práctica supervisada y su real importancia de este para la formación docente en Sociología. De esta manera se observa que la pasantía es el espacio donde (desde el principio) los futuros maestros tendrán que aprender a crear estrategias para resolver posibles problemas en el aula, donde formará una identidad docente y absorber conocimientos y valores, que le dará una personalidad profesional. Lo que se quiere es desmitificar la pasantía como siendo sólo una parte de la actividad curricular o extracurricular realizada para complementación de carga horaria y afirmarlo como período de significativa aprendizaje, un instrumento para articular la teoría y la práctica, y la creación de nuevas prácticas que promuevan el desarrollo de los diversos puntos de vista sobre la vida cotidiana en el aula, añadiendo experiencia para los futuros docentes, sobre todo en la búsqueda de nuevas formas de promover todos los días.

Palabras clave: Pasantía; teoría; práctica; formación del profesorado; la enseñanza.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Faixa etária dos estudantes	40
Tabela 2 – Sexo dos estudantes	41
Tabela 3 – Curso de Ciências Sociais Licenciatura como primeira opção	41
Tabela 4 – Pretensão de exercer a profissão ao término do curso	42
Tabela 5 – Pretensão de mudar de profissão ao término do curso	42
Tabela 6 – Necessidade de mudança na grade curricular do curso	43
Tabela 7 – Compatibilidade do ensino recebido com o mercado de trabalho ..	44
Tabela 8 – Existência da oferta de atividades práticas no curso	44
Tabela 9 – Compatibilidade do Estágio Supervisionado com a profissão	45
Tabela 10 – Compatibilidade entre a expectativa e a realidade vista no estágio	45
Tabela 11 – Importância da didática do professor para a aprendizagem	46
Tabela 12 – Aptidão a prática docente após a execução dos estágios supervisionados	46

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO I – OS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS	12
1.1 O estágio como ambiente para construção de saberes e uma identidade...13	
1.2 Estágio: articulação entre a teoria e a prática.....	14
1.3 Estágios: Alguns conceitos.....	18
1.3.1 A prática x a teoria.....	19
1.4 O estágio e a Lei.....	20
CAPÍTULO II – O CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – LICENCIATURA / UFAL E O ESTÁGIO SUPERVISIONADO.	26
2.1 O estágio e a docência em Sociologia	28
2.2 A Sociologia no Ensino Médio.....	31
2.3 Desvalorização da disciplina	34
2.4 Discente e o professor não sociólogo	36
CAPÍTULO III – O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA VISÃO DOS DISCENTES..39	
3.1 Levantamento de dados e informações	39
3.2 Universo e entrevistados	39
3.3 Resultados da pesquisa	40
3.4 Perfil dos estudantes	40
3.5 Características da importância do Estágio Supervisionado	43
3.6 Análise dos resultados	46
CONCLUSÃO.....	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53
APÊNDICE	59

INTRODUÇÃO

A presença da Sociologia na educação brasileira remonta aos anos de 1882-83, com os “Pareceres” de Rui Barbosa, este por sua vez sugeria a substituição do ensino do Direito Natural pelo da Sociologia como afirma Moraes (2011). Com a Reforma Benjamin Constant, em 1891, a disciplina de Sociologia é incluída como obrigatória. Embora esses projetos não tenham vigorado, marcaram a história da disciplina no Brasil.

Moraes (2011) ainda esclarece que a sociologia veio a entrar nas escolas apenas nos cursos complementares ou preparatórios e no curso normal para formação de professores primários. Entretanto, em meados dos anos 1920, com a Reforma Rocha e Vaz de 1925, ela se torna obrigatória no curso secundário. Em 1932 com a Reforma Francisco Campos se manteve a obrigatoriedade da disciplina.

Neste contexto a disciplina de Sociologia era ministrada por professores autodidatas, intelectuais curiosos da área, oriundos de diversas formações acadêmicas, já que os primeiros cursos de graduação surgiram, no Brasil, apenas nos anos 30 (MEUCCI, 2011). Vale ressaltar que com a Reforma Capanema de 1942, a disciplina de Sociologia foi retirada totalmente das grades curriculares nacionais.

Desde então a Sociologia tem entrado e saído das grades curriculares (refere-se aqui a educação básica), sua reintegração tem como ponto de partida os anos 80, com uma mudança na legislação educacional que resultou na Lei nº 7.044/82, feita pelo governo militar, que nas palavras de Moraes (2003) abria espaço para uma escola média de caráter formativo geral. A inclusão da disciplina Sociologia era feita de maneira discricionária, ou seja, havia escolas que a incluía em sua grade ou não, algumas em todas as séries outras em apenas algumas. Em 2006, por meio do PARECER do CNE nº 38/06, foi estabelecida a obrigatoriedade da Sociologia e Filosofia em todas as escolas públicas e privadas do Brasil (MORAES, 2007). Mas apenas em 2008, com a aprovação pelo Congresso da PL nº 1.641/03, que resultou na lei nº 11.648/08, visando à introdução da Sociologia e a Filosofia em todas as séries do ensino médio.

E é nesse cenário do ensino médio que o ensino da Sociologia toma contornos mais robustos, tendo em vista esta ser a disciplina que leva o indivíduo a

questionar os sistemas em que está inserido. Nessa fase, o aluno (indivíduo que ainda está em formação) está buscando se encontrar em si mesmo, e no contexto em que vive, e é a Sociologia que irá oferecer a este indivíduo a possibilidade da visão do todo e não apenas daquilo que ele acredita que tem.

A Sociologia tem papel de ampliar a visão, torná-lo “pensador”, reflexivo e questionador para provocar no aluno o desejo de mudança. O exercício da docência em Sociologia terá o papel de formar os estudantes do ensino médio em cidadãos mais conscientes em relação ao mundo que vive, para que ocorra é preciso que o futuro docente esteja apto para promover o conhecimento sociológico de forma leve, aceitável e que realmente provoque mudanças.

Focando no que propõe, ou seja, a análise do estágio supervisionado, mais especificamente em docência, deve-se ter em mente a dinâmica ensino-aprendizagem, e principalmente entender que se busca identificar meios para que essa dinâmica se efetive relacionando a teoria aprendida e a prática. Significa dar movimento aos conhecimentos técnicos, ou entenda - ser melhor teóricos. Observa-se que apenas o tecnicismo não é suficiente para o desenvolvimento do futuro docente, ele precisa de mais liberdade para promover uma aproximação com o aluno e aí descobrir os melhores meios para passar o conteúdo.

Nesse processo, o conhecimento é o grande protagonista, pois precisa ser passado aos outros, mas como está em constante transformação, é de fácil entendimento que a maneira como ele deve ser transmitido também deva acompanhar tais evoluções. Assim surge a necessidade de buscar novas estratégias para que seja possível aprender os novos conceitos.

Este é o cenário em que será inserido o futuro professor que segundo Mizukami (1986) é um facilitador da aprendizagem, criando situações para que os alunos aprendam o conteúdo, que consiste nas experiências reconstruídas por eles. Assim, para o autor, o estágio vai da “aprendizagem à docência” (MIZUKAMI, 2002).

É justamente na busca por experiências que consiste o estágio, fase em que o aluno-professor irá FAZER para APRENDER, apesar de se considerar que há uma distância entre a teoria na sala de aula do ponto de vista do estudante de Ciências Sociais e a sua prática no exercício do magistério, como docente em Sociologia.

O estágio tem como propósito fomentar a descoberta de habilidades que promovam a transmissão do conhecimento e facilitar o desenvolvimento da prática docente, pois não se engessa apenas na observação do docente, vai além, ou seja, desde o processo de planejamento individual da aula até a sua execução. Para que se inicie a observação por parte do discente, a análise passa a ter como base o comportamento do aluno durante a aula. Para Krawczyk (2001), o interesse do aluno pela disciplina está diretamente associado à atitude do docente, sua forma de ensinar, tratamento despendido junto aos alunos, tolerância, diálogo e, principalmente, a capacidade de estimular seu desenvolvimento e aprendizagem.

Outro aspecto a ser lembrado é a relação entre o professor - regente e o estagiário que deve ser de troca constante de experiências, principalmente no que se refere a inserir o estagiário no cotidiano escolar, no planejamento das aulas e na análise dos materiais a serem utilizados.

Desta forma, este trabalho se desdobra a partir das seguintes perguntas: Os Estágios Supervisionados do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFAL tem efetivamente contribuído com o exercício do magistério em Sociologia no ensino médio? Como os estágios têm sido desenvolvidos e compreendidos pelos discentes do curso?

Busca-se analisar se e, como os estágios supervisionados do curso têm contribuído para aquisição da experiência necessária para a prática docente. Para que isso seja possível, além da discussão teórica sobre o tema, optou-se pela aplicação de questionário avaliativo nos discentes do 8º período do curso de Ciências Sociais Licenciatura, do turno noturno, todos devidamente matriculados no primeiro semestre letivo de 2015.

O interesse por essa temática surgiu quando pude perceber que, no decorrer das atividades desenvolvidas na disciplina de Estágio Supervisionado, não existia a interação e o comprometimento por parte dos alunos durante os encontros de orientação, em sala de aula. Minha inquietação se remete ao fato de considerar que o estágio possui relevância na formação inicial, pois acredito que é nele que o futuro professor terá o seu primeiro contato com a práxis docente.

A apresentação do trabalho se inicia com uma breve contextualização sobre o estágio supervisionado e suas diferentes concepções, resalto a legislação

dos Estágios no Brasil e evidencio as propostas do projeto político pedagógico e normatizações curriculares do curso de Ciências Sociais - Licenciatura no campus UFAL para a efetivação do estágio supervisionado.

A segunda parte do trabalho compreende uma abordagem sobre a importância dos Estágios Supervisionados para a docência em Sociologia. O trecho em questão retrata os desafios que o discente enfrenta ao decorrer do estágio e os fatores contribuintes para a desvalorização da disciplina dificultando assim as discussões e a possibilidade da reflexão sociológica em sala de aula.

Na última parte explico a metodologia e o universo da pesquisa em questão, o trabalho apresenta as perguntas e as respostas dos alunos contidas no questionário aplicado no curso de Ciências Sociais Licenciatura da UFAL, no campus A.C. Simões. Os dados colhidos na pesquisa realizada com os formandos são separados por questão, com amostragem exibida em tabelas e ainda análise crítica dos resultados. Por fim, seguem as conclusões.

1. OS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS

Sabe-se que a prática é necessária para o efetivo exercício da profissão, na qual o indivíduo irá, através da utilização de técnicas aprendidas e dos saberes acumulados, agir de acordo com o fim profissional a que se destina. E esse procedimento não é diferente quando se refere à formação docente.

No Brasil, a formação de professores percorreu um longo período, desde a chegada dos jesuítas, primeiros professores que atuaram no Brasil, até a sua consolidação nos dias atuais. Não se é objetivo deste trabalho descrever esse processo histórico, mas para discutir o tema em tela, faz-se necessário retomar aos anos de 1930, quando surgiram os primeiros cursos de licenciatura no Brasil. Nesse período a formação dos professores era baseada na ministração das disciplinas de conteúdos específicos e outra parte era reservada à complementação pedagógica. Pereira (1999) relembra que, nesse período, o estágio era considerado um momento de aplicação dos conhecimentos científicos e das habilidades pedagógicas, oferecido ao final dos cursos. Lüdke (2001) relembra que a supervalorização da prática, pode levar a um entendimento de que a reflexão do cotidiano e a prática pedagógica seriam suficientes para a formação do professor.

Tal dinâmica se mantém na maioria das licenciaturas brasileira, mas não é recebida de maneira consensual. Pacheco e Zan (2011) afirmam que há um contraponto neste modelo, pois apresenta a teoria e a prática de forma fragmentada, ou seja, pressupõe-se a formação teórica para aplicação posterior do conhecimento adquirido na prática pedagógica.

Outras vertentes consideram que o professor deve ser visto como um sujeito autônomo, criativo e inventivo de sua prática docente. Nesse cenário, Pereira (1999) o estágio passa do fim para o início do curso junto com a formação teórica. Desta maneira, o aluno é estimulado desde o início do curso a ter experiências práticas.

A verdade é que no Brasil para a formação docente precede-se a formação teórica em relação à prática e essa atividade prática é tão somente a realização do projeto idealizado teoricamente. Para Vasquez (1997), na atividade prática “o sujeito age sobre uma matéria que existe independente de sua

consciência”, ou seja, a prática e a teoria fazem parte de um processo indissociável, não existindo uma teoria independente da prática.

1.1 O estágio como ambiente para a construção de saberes e uma identidade

Ao considerar a máxima que o ensino é o ofício universal, para colocá-lo em prática faz-se necessário algum conhecimento teórico. Saviani (1996) vai mais longe ao afirmar que para ser educador, precisa dominar os saberes implicados na ação de educar, onde tais saberes resultariam em um acúmulo de conhecimento agregado de várias áreas.

Sob essa perspectiva, o estágio funciona como alavanca para a prática docente, pois consiste numa busca por saberes, concepções e práticas, que por sua vez levem a reflexão, ou seja, o saber docente é adquirido pela prática e sustentado por teorias.

De acordo com Barreiro e Gebran (2006, p.22), “a aquisição e a construção de uma postura reflexiva, pressupõe um exercício constante entre a utilização dos conhecimentos de natureza teórica e prática na ação e elaboração de novos saberes a partir da ação docente”.

Partindo da premissa de que o período de formação é onde se adquire habilidades para a prática da atividade, é possível afirmar que durante o estágio o profissional adquire habilidades e também saberes para a sua prática posterior e, junto com a aquisição de saberes, formar a sua identidade como profissional.

É durante o estágio que o futuro docente formará sua identidade profissional e também os saberes da docência. Para Pimenta (2006), os saberes dividem-se em:

- Saberes da experiência: são aqueles que os professores produzem no seu cotidiano docente, num processo constante de reflexão sobre sua prática;

- Saberes do conhecimento: onde conhecer significa estar consciente do poder do conhecimento para a produção da vida material, social e existencial da humanidade;
- Saberes pedagógicos: este por sua vez é analisado a partir da prática social da educação, onde o futuro profissional não pode constituir seu saber fazer, senão a partir de seu próprio fazer.

Nesse contexto, o estágio deixa de ser apenas fase de aplicação prática, para uma fase de construção prática e absorção de conhecimentos. É relevante considerar que o estágio, por si só, não é capaz de desenvolver todos os saberes necessários à prática docente, pois os professores possuem saberes diversos que foram adquiridos de várias fontes e em diferentes fases da vida (Tardif, 2002).

1.2. Estágio: articulação entre a teoria e a prática

A articulação entre a teoria e a prática acontece durante o estágio, pois é constituído por um conjunto de atividades no futuro campo de trabalho (sala de aula), a serem realizadas pelos alunos durante o seu curso, e que tem sido associado à prática de ensinar e, conseqüentemente, ao polo prático da formação em contraposição ao polo teórico constituído pelas disciplinas de estudo (PIMENTA, 2006).

Para Pimenta e Lima (2006), a contraposição existe e não é apenas semântica, pode ser traduzida por espaços desiguais na estrutura curricular, que atribuem menor importância à prática. Ainda em suas palavras, as autoras afirmam que a prática muitas vezes tem sido reduzida a uma imitação de modelos, e nessa perspectiva “o estágio reduz-se a observar os professores em aula e a imitar esses modelos, sem proceder a uma análise crítica fundamentada teoricamente e legitimada na realidade social em que o ensino se processa.” (PIMENTA; LIMA, 2006).

Tal processo encontra-se limitado por não levar em consideração a análise das situações reais no contexto da sala de aula, o que ocorreria na verdade

seria a transmissão dogmática do conhecimento, partindo do pressuposto de que quem recebe também estaria engessado num modelo pré-concebido de aluno ideal.

Há ainda que se falar no modelo que valoriza de maneira exagerada a prática, trazendo de maneira errônea a ideia de que existe uma prática sem teoria ou uma teoria desvinculada da prática. (PIMENTA; LIMA, 2006).

Para Carvalho (1992, p. 60), a relação teoria/prática/teoria precisa ser discutida para que haja uma mudança de paradigma do que seja ensinar um conteúdo. Segundo a autora não importa qual a metodologia utilizada, desde que ocorra a absorção da teoria e da prática dela.

Pimenta (1996, p.11) entende a relação da teoria com a prática, como de dependência, ou seja, a teoria depende da prática simplesmente porque a prática é anterior, causa esta que explicaria a sua vinculação de dependência com a teoria.

Ainda no ponto de encontro entre teoria e prática, que é o estágio, conclui-se que ele não é uma atividade prática por si só, mas uma atividade teórica instrumentalizada da práxis docente (PIMENTA, 2006). O que se pretende aqui é evidenciar que é durante o estágio que surgirá várias possibilidades de um fazer pedagógico, com a articulação da prática e a teoria, buscando a construção do conhecimento que irá favorecer o ensino.

O que não se deve é restringir o espaço do estágio apenas para aplicação de técnicas e métodos:

“o estágio não se resume à aplicação imediata, mecânica e instrumental de técnicas, rituais, princípios e normas aprendidas na teoria. A prática não se restringe ao fazer, ela se constitui numa atividade de reflexão que enriquece a teoria que lhe deu suporte. O estágio é um processo criador de investigação, explicação, interpretação e intervenção na realidade”. (PIMENTA, 2006).

O estágio pretende desenvolver a capacidade de reflexão do futuro profissional, haja vista, ter recebido os conhecimentos necessários para a análise, sua reflexão abrangerá os vários contextos em que está inserido, o social, cultural e histórico e a partir dessa reflexão analítica, ele partirá para o efetivo exercício de

intervenção do meio, transformando-o com o fim de transmitir o conhecimento. Para Pimenta e Lima (2006) conhecer o campo de atuação dos professores e interpretá-los é o ponto de partida, que possibilita aos futuros professores as condições e os saberes necessários para sua atuação profissional.

Sobre a articulação entre a teoria e a prática, declara Barreiro e Gebran:

“A articulação da relação teoria e prática é um processo definidor da qualidade da formação inicial e continuada do professor, como sujeito autônomo na construção de sua profissionalização docente, porque lhe permite uma permanente investigação e a busca de respostas aos fenômenos e às contradições vivenciadas”. (BARREIRO; GEBRAN, 2006, p. 22).

Sobre a perspectiva de ser realizado como pesquisa, observa-se que a realização de pesquisas irá permitir a análise dos contextos onde os estágios são realizados a fim de buscar novos conhecimentos sobre o tema. Pimenta e Lima (2006, p. 21) apontam que o estágio não se faz por si, envolve todas as disciplinas do curso de formação, constituindo um verdadeiro e articulado projeto político pedagógico de formação de professores cuja marca é alavancar o estágio como pesquisa.

Assim o estágio pode ser entendido como parte indispensável na formação do docente, fase em que se desenvolverão competências profissionais, pois o indivíduo estará inserido no lócus de atuação de sua profissão, onde ele terá contato direto com o “ambiente, o cenário, os personagens, os grupos, os companheiros, o ambiente físico, os problemas e as questões do dia-a-dia de sua profissão” (PACHECO; MASETTO, 2001).

É preciso salientar que o estágio não é apenas fase na qual irá instrumentalizar a técnica, e sim, uma fase de reflexão sobre a prática pedagógica, levando em consideração o cotidiano escolar.

Mas, e o mediador desse processo? Qual a sua função? Ele pode ser analisado como modelo a ser copiado? Ou um incentivador na busca por novas práticas didáticas? Diante de tais questionamentos é razoável dizer que o professor supervisor deve ser um facilitador na construção de novas práticas e utilizar os

melhores meios para promover a relação da prática com a teoria. Para Raymundo (2013), o professor orientador deve ser capaz de articular os conhecimentos teóricos e práticos, possibilitando a observação, participação e intervenção do estagiário, de forma crítica e reflexiva, para a autora o trabalho do professor orientador é “uma tarefa árdua”.

Ainda na visão da autora, o professor orientador deve participar de todo o processo e, em conjunto com o futuro docente, refletir sobre como transmitir conhecimento, quais teorias estão presentes em sua prática, no intuito de incentivar uma prática docente reflexiva.

Para Raymundo (2013), com o aparato do professor orientador, o futuro docente, após a reflexão do cotidiano da sala de aula, irá organizar um projeto que valorize o conhecimento dos problemas e necessidades que afetam o processo de ensino e aprendizagem, especialmente na proposta de intervenções que promovam o aprendizado.

Sobre a produção de projetos pelos estagiários, Pimenta e Lima (2004) revelam que eles buscam o desenvolvimento de um olhar interpretativo das questões reais de cada escola, vejamos:

“A realização dos estágios sob a forma de projetos pode estimular nos estagiários o desenvolvimento de um olhar sensível e interpretativo às questões da realidade, uma postura investigativa, uma visão de conjunto do espaço escolar, uma percepção das dificuldades que a escola enfrenta, mas também das conquistas reveladas nas ações dos profissionais que ali se encontram; uma compreensão da cultura escolar e das relações que ali se estabelecem de conflitos, confrontos e cooperação e participação”. (PIMENTA; LIMA, 2004, p.228).

O estágio apresenta-se não apenas como parte de uma grade curricular ou disciplina, mas o ambiente onde o futuro docente poderá colocar em prática sua formação, analisando o ambiente real, refletindo e produzindo meios de interação com o propósito de transmitir o conhecimento, adquirindo sua personalidade como docente, desenvolvendo e absorvendo saberes diminuindo a separação da teoria com a prática.

1.3 Estágio: alguns conceitos

Embora sabendo que o estágio é um ambiente para a absorção de saberes, o lugar onde se forma uma personalidade docente, o lócus da articulação entre a teoria e a prática, percebe-se que tais definições não bastam. Diversos autores possuem suas concepções a respeito do que é o estágio. Pimenta traz vários conceitos que se consolidam num só ponto ao afirmar que o estágio é um período onde o futuro docente irá entender a dimensão prática na sua formação:

“..., o estágio é composto por atividades que os alunos deverão realizar durante o seu curso de formação, junto ao campo futuro de trabalho” (PIMENTA, 2006, p. 21).

“..., deve ser um momento de síntese dos conteúdos das matérias de ensino, das teorias de aprendizagem e das experiências pessoais, bem como deve constituir-se em um processo de reflexão-ação-reflexão, que ultrapasse a experiência...” (PIMENTA, 2006, p.75).

“..., processo de apreensão da realidade.” (PIMENTA, 2006, p. 76).

Lima (2009) também conceitua o Estágio como “um campo de conhecimento, uma aproximação do estagiário com a profissão docente e com os seus profissionais em seu local de trabalho, no concreto de suas práticas”. Para Kulcsar (1991) pondera que “os estágios supervisionados é uma parte importante da relação trabalho-escola, teoria-prática, e eles podem representar em certa medida, o elo de articulação orgânica com a própria realidade”. Para a autora o vislumbre da realidade docente é essencial para o futuro professor reconhecer seu real papel.

Outra posição bastante relevante sobre o estágio é de Barreiro e Gebran “o estágio [...] pode se construir no lócus de reflexão e formação da identidade ao propiciar embates no decorrer das ações vivenciadas pelos alunos, desenvolvidas numa perspectiva reflexiva e crítica, desde que efetivado com essa finalidade” (2006, p. 20).

Diante de tantas caracterizações percebe-se que a função do estágio é inserir o futuro docente no ambiente escolar, proporcionar a ele a dimensão prática de sua formação, onde ele poderá ter uma melhor visão sobre o que é ensinar e como ele pode melhorar sua prática docente, a fim de chegar ao objetivo de: transmitir conhecimento, não como se o conhecimento fosse distante dele, mas como um agente formador do conhecimento, daí a importância crucial do estágio, a

de promover a consciência de educador, desde a formação, e não apenas transmissor de conceitos.

1.3.1. Prática x teoria

Até o presente momento foi bastante mencionado, teoria e prática, mas o que vem a ser teoria e prática em seus conceitos individuais? Muito embora, entenda-se que “por si só a teoria não leva a transformação da realidade e não se objetiva, assim como a prática também não fala por si mesma” (FELDKERCHER, 2010), como conceituá-las?

Como se sabe é difícil desvincular teoria e prática. Pimenta e Lima (2004, p. 43) entendem teoria como sendo o que ilumina e oferece instrumentos e esquemas para a análise e investigação que permitem questionar as práticas institucionalizadas e as ações dos sujeitos e, ao mesmo tempo, coloca-las em questionamento, uma vez que as teorias são explicações sempre provisórias da realidade.

O que chama atenção nessa definição é a afirmação de que a teoria tem caráter provisório e tal fato rompe com a idealização de que a teoria é engessada e dogmática e que só ganha vida na prática. Entretanto, o que se percebe é que a teoria com sua provisoriedade é por si só dinâmica e encontra na prática a sua instrumentalização. Sendo assim, pode-se considerar verossímil a declaração de que a teoria está sempre em mutação, mas ainda assim é o alicerce que o indivíduo necessita, para que possa partir para uma ação contextualizada.

Para a prática, a definição apresentada por Feldkercher (2010) é bastante acessível, pois, segundo a autora “a prática não é reduzida a uma ação repetida ou a uma experiência sem reflexão; a prática proporciona a reflexão sobre o fazer, e requer o embasamento teórico e possibilita também a (re) construção do conhecimento”, ou seja, teoria sem prática não leva a transformação, pois a prática é orientada pela teoria e pela consciência de que esta é sua determinante.

Sobre a prática docente, Barreiro e Gebran declaram:

[...] que a Prática na formação inicial e o estágio devem pautar-se pela investigação da realidade, por uma prática intencional, de modo que as ações sejam marcadas por processos reflexivos entre os professores-formadores e os futuros professores, ao examinarem, questionarem e

avaliarem criticamente o seu fazer, o seu pensar e a sua prática”. (BARREIRO; GEBRAN, 2006, p. 21).

A prática funciona como um momento para reflexão de ações pedagógicas, pois aproxima o futuro docente da realidade, promovendo saberes da experiência e permitindo o professor uma análise da sua ação educativa.

1.4O estágio e a lei

Pimenta (2006) define o estágio supervisionado como o “espaço que irá promover o encontro entre a teoria e a prática”, mas as definições sobre o que é o estágio não ficou apenas a cargo dos teóricos sobre o tema. Devido a sua relevância, o ordenamento jurídico também o define, atribuem tipos, características e tantos outros pormenores.

Para essa discussão é necessário abordar a Lei nº 6.494 de 07 de dezembro de 1977 que dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimento de ensino superior e ensino profissionalizante do 2º grau e supletivo. Esta lei também faz menção a quem pode contratar o estagiário e qual o seu perfil, estabelece que o estágio deva “complementar” o ensino e a aprendizagem a fim de constituir em instrumento de integração e proporcionar experiência prática na linha de formação do estagiário.

O que chama atenção nessa lei é a sua intenção integradora e preocupação em oferecer a experiência como meio pra obtenção da prática.

Vale lembrar que esta lei sofreu modificação em 1994, com a promulgação da Lei nº 8.859, de 23 de março de 1994, que estendeu aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio. Em 1982 é editado o decreto nº 87.497 de 18 de agosto para regulamentar a Lei nº 6.494/77. Em seu art. 2º se define o estágio como sendo as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural que irá favorecer a participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio, ou seja, proporcionar a vivência do cotidiano profissional. O Decreto ainda dispõe sobre a inserção do estágio curricular na programação didático-pedagógico das instituições de ensino, estabelecendo sua carga horária, duração, jornada e ainda a necessidade de instrumento jurídico que defina e caracterize o estágio curricular.

Em 1996, o art. 8º do referido decreto sofre alteração com a publicação do Decreto nº 2.080 e trata do seguro de acidentes pessoais em favor do estudante estagiário.

Em 1996, mais especificamente em 20 de dezembro aprova-se a Lei nº 9.394 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, definindo seus princípios, direitos, deveres e organização. É a principal lei sobre educação no Brasil e trata sobre o estágio em seu art. 82 (redação dada pela Lei nº 11.788/2008): *“art. 82. Os sistemas de ensino estabelecerão as normas de realização de estágio em sua jurisdição, observada a lei federal sobre a matéria. Parágrafo único. (Revogado)”*.

A referência sobre a relação entre a teoria e a prática antecede o art. 82 e encontra respaldo no art. 61, parágrafo único, inciso II, da mesma lei, ao estabelecer que para a formação dos profissionais da educação, torna-se fundamental a associação entre teorias e prática mediante estágios supervisionados. A lei amplia a necessidade da articulação teoria e prática como diferencial pra a formação docente.

Contudo, em setembro de 2008 foi homologada a Lei nº 11.788, conhecida como a Lei do Estágio que veio para regular e conceituar por definitivo e preencher as lacunas deixadas pelas legislações anteriores.

A lei nº 11.788/2008 revogou as leis 6.494/77 e 8.859/94, assim como também modificou o parágrafo único do art. 82 da lei nº 9.394 de 1996 (LDBEN).

A lei em questão conceituou em seu art. 1º o estágio como sendo:

“Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos”.

Definiu a função do estágio como sendo o ambiente para o aprendizado de competências próprias da atividade profissional, inserindo-o no projeto pedagógico do curso.

A referida lei ainda classificou estágio como: obrigatório e não-obrigatório aquele como sendo o presente no projeto do curso, com carga horária como

requisito para aprovação e obtenção de diploma; e o não-obrigatório, como aquele que é desenvolvido como atividade opcional.

A lei prevê, em seu art. 7º, a necessidade da celebração de um termo de compromisso entre o estagiário com a parte concedente, embora não configure relação empregatícia. Ademais, esse termo deverá conter as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso.

É bom lembrar que a lei versa sobre a necessidade de um acompanhamento efetivo do professor orientador da instituição de ensino e do supervisor da parte concedente.

Há ainda no contexto legal **Pareceres** que buscam uma maior integração da teoria com a prática nos processos de formação docente.

O Parecer CNE/CP 9/2001 visa à melhoria da educação básica e traz, a tona, a necessidade de revisão no processo de formação de professores que é caracterizado como inadequado, pois não contemplam atividades inerentes a formação docente.

Esse documento traz as diretrizes para a efetiva mudança no processo formador e dá especial atenção a relação teoria e prática como base para a formação docente. E ainda reforça o disposto no art. 61 da LDBEN (Lei nº 9.394/1996), destacando que a relação teoria e prática deve também ser apresentada aos alunos durante o seu processo formativo.

O parecer destaca que o estágio necessário à formação dos futuros docentes está prejudicado devido à ausência de espaço institucional que assegure um tempo de planejamento conjunto entre os profissionais dos cursos de formação e os das escolas de educação básica que receberá os estagiários.

Versa também sobre a problemática polarização da teoria e da prática, mas afirma que a prática deve ser o momento para uma visão crítica da teoria, superando a ideia de que o estágio é espaço reservado à prática, enquanto na sala de aula dá-se conta da teoria.

O parecer trata também do tempo de estágio, que segundo o documento é curto e pontual.

Também destacando a atuação prática como sendo um momento de criação ou recriação do conhecimento e a aquisição de competências requeridas do professor. Essa atuação vai ocorrer mediante uma ação (teórico – prática) e as

abordagens em diferentes momentos da teoria e da prática não favorecendo essa aquisição.

Sobre a prática o parecer CNE/CP 9/2001, prevê:

“..., a prática na matriz curricular dos cursos de formação não pode ficar reduzida a um espaço isolado, que a reduza ao estágio como algo fechado em si mesmo e desarticulado do restante do curso. Isso porque não é possível deixar ao futuro professor a tarefa de integrar e transpor o conhecimento sobre o ensino e aprendizagem, sem ter oportunidade de participar de uma reflexão coletiva e sistemática sobre esse processo”.

O referido parecer prevê que o estágio obrigatório deve ser vivenciado ao longo de todo o curso de formação.

Contudo, apenas no Parecer CNE/CP 27/2001 é o que traz expressamente como vai se dar o estágio supervisionado com a alteração do item 3.6, alínea c do Parecer CNE/CP 9/2001, nos seguintes termos:

“c) No estágio curricular supervisionado a ser feito nas escolas de educação básica. O estágio obrigatório definido por lei deve ser vivenciado durante o curso de formação e com tempo suficiente para abordar as diferentes dimensões da atuação profissional. Deve, de acordo com o projeto pedagógico próprio, se desenvolver a partir do início da segunda metade do curso, reservando-se um período final para a docência compartilhada, sob a supervisão da escola de formação, preferencialmente na condição de assistente de professores experientes. Para tanto, é preciso que exista um projeto de estágio planejado e avaliado conjuntamente pela escola de formação inicial e as escolas campos de estágio, com objetivos e tarefas claras e que as duas instituições assumam responsabilidades e se auxiliem mutuamente, o que pressupõe relações formais entre instituições de ensino e unidades dos sistemas de ensino. Esses “tempos na escola” devem ser diferentes segundo os objetivos de cada momento da formação. Sendo assim, o estágio não pode ficar sob a responsabilidade de um único professor da escola de formação, mas envolve necessariamente uma atuação coletiva dos formadores”.

A alteração propõe a produção de um projeto de estágio planejado que leve em consideração não apenas a escola de formação inicial, mas os campos de estágio e o envolvimento de todos os formadores, promovendo a articulação de todas as práticas numa perspectiva interdisciplinar.

Em se tratando de formação de professores, existe também a Resolução CNE/CP 1/2002 que trata da formação de professores da Educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, e de graduação plena, prevê em seu art. 11, critérios sobre a composição da matriz curricular que se expressam em eixos em torno dos quais articulam outras dimensões, especificada no inciso VI, que dispõe como um desses eixos articuladores as dimensões teóricas e práticas.

No tocante a perspectiva de eixos, entende-se que devam promover uma construção dialética do conhecimento em que a teoria e prática sejam consideradas como um núcleo articulador no processo de formação a partir do trabalho desenvolvido com esses dois eixos de forma integrada, indissociável e complementar.

A referida resolução em seu art. 12 trata da formação de docentes para o ensino superior e dispõe em seus parágrafos, sobre a prática e a ampliação de sua execução durante todo o processo de formação:

§ 1º A prática, na matriz curricular, não poderá ficar reduzida a um espaço isolado, que a restrinja ao estágio, desarticulado do restante do curso.

§ 2º A prática deverá estar presente desde o início do curso e permear toda a formação do professor.

§ 3º No interior das áreas ou das disciplinas que constituírem os componentes curriculares de formação, e não apenas nas disciplinas pedagógicas, todas terão a sua dimensão prática.

O art. 13, da mesma resolução, confirma a transcendência da prática, ou seja, ela não deve ser presente apenas no estágio, mas deve ser interdisciplinar, articulada com diferentes práticas. Enfatiza os procedimentos de observação e reflexão na busca de soluções para problemas que surgirem durante as práticas. Esclarece quais os materiais didáticos podem ser utilizados, tais como as novas tecnologias da informação e comunicação, por exemplo, o computador e o vídeo.

O parágrafo 3º, do art. 13 vem para romper com o modelo “3 + 1”, modelo de formação profissional no qual os três primeiros anos se dedicavam à busca do conhecimento teórico e o ano restante à dimensão prática, pois estabelece o desenvolvimento do estágio, a partir do início da segunda metade do curso de

formação docente, devendo ser avaliado conjuntamente pela escola formadora e a escola campo de estágio.

A Resolução CNE/CP nº 2/2002 dispõe sobre a carga horária dos estágios e prevê a duração até três anos e a carga horária até 2800 horas no mínimo para os cursos de formação de professores. Destas horas destinou 400 para a articulação teoria-prática ao longo do curso, como componente curricular e 400 horas de estágio supervisionado, a partir da 2º metade do curso. As horas restantes ficam assim estabelecidas: 1800 horas para conteúdos curriculares (científico-culturais), e 200 horas para outras atividades acadêmico-científico-culturais.

De posse da determinação de que o estágio deve ter início a partir da segunda metade do curso supõe-se que há tempo suficiente para que haja a busca do conhecimento por meio da prática e até mesmo a descoberta de novas práticas e não simplesmente fazer do estágio etapa de mera aplicação da teoria.

O fato é que as resoluções estão recheadas de uma nova ótica sobre a prática, não apenas analisada como parte de uma matriz curricular, mas parte dinâmica da formação docente presente desde o início.

Embora chamada aqui como “dinâmica”, a intenção não é engessá-la como a parte onde se aplica teorias, mas a etapa onde o futuro docente irá entender como realmente funcionam as engrenagens do processo educativo.

Em síntese, pode-se afirmar que as resoluções buscam superar a desarticulação entre teoria e prática, pois entende as duas como sendo elementos (indissociáveis) e indispensáveis para a formação docente.

2. O CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – LICENCIATURA/UFAL E O ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Após análise do Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura 2013, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), é possível verificar que o curso passou por um longo percurso de modificações. O atual curso teve seu processo iniciado em 1987, com o apoio do então Departamento de Ciências Sociais e os alunos de Estudos Sociais, entretanto o curso teve sua implantação autorizada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE/UFAL, em 09 de agosto de 1993, mas apenas em 2006, com a transformação do Departamento de Ciências Sociais em Instituto de Ciências Sociais, o curso promoveu a separação das habilitações em Ciências Sociais – Licenciatura e Bacharelado.

De acordo com o referido projeto, o curso de Ciências Sociais – Licenciatura/UFAL tem a finalidade de, *ipsis literis*:

“... formar profissionais com conhecimentos, práticas e objetivos voltados principalmente para a docência na Educação Básica, que requer sólidos conhecimentos sobre os fundamentos das Ciências Sociais, sobre seu desenvolvimento histórico e suas relações com diversas áreas; assim como sobre estratégias para transposição do conhecimento científico social em saber escolar. O que por sua vez inclui: a formação para que nossos alunos atuem em programas de ensino, comprometidos com a investigação, à produção e aplicação do saber artístico e técnico-científico, primando pelo reconhecimento e articulação das especificidades dos conteúdos e dos instrumentos necessários à formação do educando, reconhecendo na interdisciplinaridade entre os diversos campos do conhecimento, na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e na articulação entre teoria e prática de ensino, os princípios norteadores da formação pedagógica.”

Inicialmente, o que desperta a atenção é a sua preocupação em articular teoria com a prática para a promoção do ensino. Observando o PARECER 09/2001 CNE/MEC verifica-se que a articulação teoria-prática é fundamental para que a aprendizagem ocorra, pois é com a prática, diga-se aqui pedagógica, que o aluno irá aprender a criar estratégias e dirimir possíveis problemas na sua atuação. Basta lembrar que o mesmo parecer entende que o estágio é insuficiente para a boa formação do professor, criticando sua prática apenas na etapa final da graduação impossibilitando a absorção das diferentes dimensões do trabalho do professor e

não permitindo um processo progressivo de aprendizagem. Como já mencionado anteriormente, para Pimenta (2002), o estágio supervisionado é o espaço que irá promover o encontro entre a teoria e a prática.

O art. 2º da Instrução Normativa PROGRAD/Fórum das Licenciaturas nº 01, de 27 de setembro de 2013 define como sendo o estágio, parte necessária dos processos de aprendizagem teórico-práticos. Tal instrumento estabelece como período de início do estágio não mais os últimos semestres dos cursos de formação de professores, mas prevê seu início a partir da segunda metade do curso, estando em conformidade com a Resolução CNE/CP nº 2/2002, que assim determina.

A instrução Normativa também traz em seu conteúdo uma definição bem peculiar dos objetivos do estágio, em seu art. 4º, como sendo o ambiente onde irá se desenvolver as competências - conhecimentos teóricos - conceituais, habilidades e atitudes – em situações de aprendizagem, conduzidas no ambiente profissional. O referido artigo valoriza o estágio elevando-o a um ambiente capaz de promover a absorção de conhecimento e também espaço para “praticar a teoria” descobrindo assim quais as habilidades do futuro docente.

Ressalte-se que a Instrução Normativa, aqui em tela, tem como principal objetivo disciplinar a respeito da redução da carga horária do estágio curricular supervisionado, de 400(quatrocentas) horas para até no máximo 200 (duzentas) horas para os alunos dos cursos de licenciatura UFAL que exerçam atividade docente regular na Educação Básica, desde que respeitem os requisitos apresentados no art. 6º da referida Instrução:

Art. 6º- A redução da carga horária de estágio curricular supervisionado dos alunos da UFAL que exercem atividade docente regular na Educação Básica deverá ser elaborada e disciplinada pelo Colegiado de cada Curso, considerando suas especificidades:

I – o tempo do exercício de atividade docente regular será regulamentado pelo colegiado de cada curso;

II – cabe ao aluno apresentar vínculo de trabalho, regular e vigente, contratual ou estatutário, junto aos órgãos do respectivo sistema de ensino ou à unidade escolar;

III- considera-se exercício de atividade docente na educação básica, atividade ou disciplina equivalente à atividade docente regular efetivamente em exercício;

IV- se a atividade docente regular exercida pelo aluno corresponder à atividade docente a que o seu curso de Licenciatura habilita e seja concomitante a realização do estágio e no nível de ensino do estágio.

Parágrafo Único: Não serão consideradas atividades docentes exercidas sob a forma eventual de estágio curricular não obrigatório ou de trabalho voluntário.

Outro instrumento de regulamentação e funcionamento do estágio no curso de Ciências Sociais - UFAL é a Resolução nº 71/2006 CONSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006, que trata da natureza e objetivo do estágio, e em seu bojo afirma que o estágio tem caráter formativo inerente à formação acadêmico-profissional.

Estabelece como objetivo o desenvolvimento de competências. Trata também de maneira pormenorizada de detalhes referentes ao estágio tais como: as instituições concedentes, os documentos necessários, a carga horária, período de estágio, do agente de integração (que identifica as oportunidades de estágio) e da organização.

Diante da análise de tais instrumentos reguladores observa-se que há uma busca de se colocar o estágio o lugar que lhe é devido, dando a ele importância e fundamento normativo, para que ele enfim seja realizado com o fim a que se destina, qual seja: aquisição de experiências.

2.1 O estágio e a docência em Sociologia

O Estágio supervisionado é uma exigência da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, nos cursos de formação de docentes. Segundo Oliveira e Cunha (2006), o estágio supervisionado é a oportunidade de acesso do aluno de ciências sociais adquirir experiência profissional, habilidade de suma importância para a sua formação como docente e sua inserção no mercado de trabalho.

É uma atividade obrigatória que deve ser realizada pelos alunos de cursos de licenciatura e deve cumprir uma carga horária pré-estabelecida pela

instituição de Ensino. Baseia-se em um treinamento aos estudantes para que possam vivenciar o que aprenderam durante a graduação (MAFUANI, 2011).

É de extrema importância relacionar teoria e prática de forma interdisciplinar, sendo que os componentes curriculares não podem ser isolados. Por isso, o estágio é considerado um elo entre o conhecimento construído durante a vida acadêmica e a experiência real, que os discentes terão em sala de aula quando profissionais (FILHO, 2010).

No momento em que o discente utiliza o aprendizado acadêmico fora dos limites de sua instituição de ensino irá desenvolver seus conhecimentos junto às instituições públicas e privadas, integrando a teoria e a prática. A experiência do estágio é essencial para a formação integral do aluno, considerando que cada vez mais são requisitados profissionais bem preparados e com habilidades destacáveis.

Dentro do estágio o aluno poderá identificar os problemas da instituição a fim de encontrar soluções que melhore o aprendizado e o rendimento da instituição, o que lhe acrescerá sua bagagem profissional.

Segundo Bianchi et al. (2005) o Estágio Supervisionado é uma experiência em que o aluno mostra sua criatividade, independência e caráter. Desta forma há uma formação mais dinâmica, participativa, autônoma que lhe proporciona a oportunidade de perceber se a sua escolha profissional corresponde com sua escolha de curso. Esta atividade é oferecida nos cursos de licenciatura a partir da segunda metade dos mesmos, quando o graduando já se encontra inserido nas discussões acadêmicas para a formação docente e ela é apenas temporária.

O estágio supervisionado vai além de um cumprimento de exigências acadêmicas ele leva o futuro docente além das fronteiras físicas exigindo o raciocínio pedagógico, empenho, motivação pessoal para a sua formação onde a observação da instituição-campo construirá métodos de solução para situações em que quando docente terá que usar discernimento e vivência para resolvê-la, também observará que haverá dificuldades nas escolas como falta de estrutura, ausência de materiais para ensino, aluno com necessidades especiais, que haverá alterações entre o planejamento e a execução da aula, falta de motivação por meio do aluno e também de si próprio.

O estagiário é levado a encontrar novas alternativas para que o conteúdo da disciplina seja aplicado de forma que leve todos os alunos a compreender uma vez que as interações que ocorrem na sala de aula possuem um grande impacto naquele espaço. Além de ser um importante instrumento de integração entre universidade, escola e comunidade (FILHO, 2010). A observação de sua futura profissão leva ao discente a desenvolver pesquisas uma vez que:

“[...] a capacidade de pesquisar dentro da área de especialidade aplicada ao ensino, refletir sobre a atividade de ensinar e formular alternativas para seu aperfeiçoamento é indispensável para o futuro professor. Com isso, compreende-se que os objetos da pesquisa nos cursos de formação docente são o ensino e a aprendizagem do conteúdo dos componentes curriculares da educação básica. Isso faz da transposição didática o campo de estudos por excelência dos cursos de formação docente: partindo dos currículos dos ensinos fundamental e médio que o professor terá de opera, quais são os conhecimentos que ampliam, aprofundam dão relevância e pertinência aos conteúdos que deveram ser ensinados pelo professor e aprendidos pelo aluno?”. (MELLO, 2000, p.103).

O objetivo do estágio é proporcionar ao aluno a oportunidade de aplicar seus conhecimentos acadêmicos em situações da prática profissional, criando a possibilidade do exercício de suas habilidades, a pesquisa será um componente que facilitará este processo as habilidades adquiridas na escola devem fazer parte das relações comunicativas dos indivíduos.

Uma pesquisa é um processo sistemático para a construção do conhecimento humano, gerando novos conhecimentos, podendo também desenvolver, colaborar, reproduzir, refutar, ampliar, detalhar, atualizar, algum conhecimento pré-existente, servindo basicamente tanto para o indivíduo ou grupo de indivíduos que a realiza quanto para a sociedade na qual esta se desenvolve.

Pesquisar é um elástico, abrigando concepções e práticas de investigação sob diferentes nomes, que partem de premissas similares e revelam diferentes aspectos do processo participativo com a finalidade de orientar a prática (Chizzotti 2006). Como um meio de mudança efetiva para a qual os sujeitos devem elaborar e trabalhar uma estratégia de mudança social.

Constitui-se como uma prática social, com o objetivo de modificar as circunstâncias, cabendo ao futuro docente o papel de animador do intercâmbio de informações e de gerador de um novo conhecimento para melhorar uma situação dada. Pode-se acrescentar, também, que a esta pesquisa distinguem-se dois tipos de práticas decorrentes de seus objetivos, possibilidades efetivas e meios para sua realização: pesquisa para a ação e pesquisa pela ação. (PREVIATTI et al, 2006)

A pesquisa participativa conta com elementos metodológicos que são práticos o que leva a pesquisa a ser relativa, concreta, realizada e particular. Mas existem os teóricos que levam a pesquisa a ser absoluta, abstrata, utópica e universalizante, porém estes elementos coexistem o que leva a um pensamento dinâmico. Espera-se que, com isso, que o discente tenha a opção de incorporar atitudes práticas e adquirir uma visão crítica de sua área de atuação profissional (OLIVEIRA; CUNHA, 2006).

2. 2 A Sociologia no ensino médio

A obrigatoriedade da disciplina de ciências sociais no ensino médio trouxe ao docente mais uma responsabilidade; a formação de pessoas. Jovens que estão cursando o ensino médio estão em fase de formação pessoal e futuramente farão processos seletivos onde escolherão sua formação profissional, sendo assim a disciplina é responsável pela formação das primeiras opiniões sobre assuntos cotidianos.

Segundo Bourdieu (1999) a influência dos professores de sociologia deve realizar uma ruptura com essas noções de senso comum a fim de contribuir para a formação de uma mente reflexiva nos jovens. É necessário que o docente parta do princípio da não consciência para que essa ruptura aconteça:

“Se o princípio da não consciência não passa do avesso do princípio do clima das relações, este último deve por si levar a recusar todas as tentativas para definir a verdade de um fenômeno cultural independentemente do sistema das relações históricas e sociais nas quais ele esta inserido”. (Bourdieu, 1999, p. 30)

A sociologia assume o papel de recriar, repensar conceitos modificando a forma de pensamentos desses jovens criada pelos meios de comunicação.

Sabemos que a atualidade nos trouxe as informações de forma rápida através da televisão, internet, rádios, celulares onde relata os fatos apenas pela sua aparência e é papel do professor levar esses alunos a terem uma visão crítica onde possam questionar essas informações em sua vivência cotidiana. Segundo as Orientações Curriculares Nacionais - OCN'S - (2006) de sociologia, esta disciplina é de suma importância para a formação da juventude em decorrência da influência da mídia, pois:

“As estruturas sociais ainda mais complexas, as relações de trabalho atiram-se com as novas tecnologias de produção, o mundo esta cada vez mais ‘desencantado’, isto é, cada vez mais racionalizado, administrativo, dominado pelo conhecimento científico e tecnológico”. (OCN'S, 2006, p.111).

O estágio supervisionado permite que o discente reflita como os efeitos negativos exercidos pelo turbilhão de informações dos meios de comunicação de massa influenciam na vida desses jovens e como a sociologia pode exercer o importante papel de:

“Produzir pessoas capazes de resistir ou, ao menos, de se apoderar das armas produzidas pelos produtores culturais, escritores, artistas e acadêmicos ainda aptos a resistir às formas comerciais, ou seja, dispostos a produzir obras que não sejam ditadas pelas exigências do mercado”. (BOURDIEU, 1998, p.113).

Por isso a importância que deve ser dada para que o discente não centre seu estágio apenas em observar a ministração da aula, que também perceba que a escola-campo é um grande celeiro de pesquisas onde o estagiário pode buscar recursos de levar a Sociologia de forma alternativa e dinâmica, usar meios tecnológicos que possam cativar a atenção e incitar a percepção dos alunos junto com o professor regente, pois ambos sairão enriquecidos dessa relação,

desenvolver novos meios e usá-los ainda no estágio, o que acrescentará mais que observação obrigatória, lhe acrescentará experiência.

Desta forma a Sociologia será vista como uma disciplina que situa o aluno (ainda em formação) em seus ambientes de convivência ensinando a respeitar e entender diferenças culturais, disciplina que é construtora de inteligência, identidade social e cultural que é formada ainda no período escolar como sugere Ianni (1997, p.25):

“A sociologia pode ser vista como uma forma de autoconsciência da realidade social. Essa realidade pode ser local, nacional, regional ou mundial, micro ou macro, mas cabe sempre a possibilidade de que ela possa pensa-se criticamente, como base nos recursos metodológicos e epistemológicos que contribuem a sociologia como disciplina científica [...] ocorre que a sociologia pode tanto decantar a tessitura e a dinâmica da realidade social como participar da constituição dessa tessitura e dinâmica na medida em que o conhecimento sociológico produz, logo entra na trama das relações sociais, no jogo das forças que organizam e movem, tencionam e rompem a tessitura e a dinâmica da realidade social”.

Esse interesse por meio do aluno à disciplina como parte fundamental da construção do cidadão está diretamente ligado ao modo como o professor ministra sua aula, a paciência com os alunos, o diálogo com a turma e capacidade de estimulá-los.

É essencial que o discente compreenda esses quesitos para que as contribuições da sociologia sejam acrescidas na vida do aluno de forma que os capacite a analisar racionalmente e criticamente sua própria realidade social, desta forma esse aluno passa a ter uma postura política mais ativa um olhar questionador voltado para o estranhamento das estruturas sociais.

Na prática o discente entenderá a necessidade do aluno de ensino médio quanto, a saber, identificar, descrever e investigar fatos de sua vida cotidiana que os relacione a sua vida social e compreender que a disciplina não fica apenas na sala de aula.

Obtendo sucesso nesse quesito o discente estará lecionando à sociologia com êxito, ou seja, de forma que forme indivíduos pensantes, com capacidade de análise crítica que seja feitor de uma sociedade com valores e ideais.

Anteriormente a sociologia era apenas exigida para conclusão do ensino médio independente da série, o aluno tinha apenas que conter em seu currículo escolar a disciplina cursada, porém isto foi mudado hoje é obrigatório que a disciplina seja lecionada em todos os três anos de ensino médio, desta forma é necessário um planejamento para que a sociologia seja ministrada com excelência, segundo (RIBEIRO et al, 2009, p. 57): “agora, com a obrigatoriedade do ensino de sociologia e de filosofia nos três anos do ensino médio, o desafio reside na passagem ou transposição do conhecimento teórico adquirido na ‘academia’ para a educação básica [...]”. Ainda acrescenta:

Se pensarmos numa educação que pretende formar um indivíduo mais consciente e reflexivo, não podemos negligenciar a formação do conteúdo disciplinar e metodológico. Há de se pensar com cuidado *o quê* e de forma clara, *como* será composto o plano de curso. Por isso, é relevante enquanto prática pedagógica, fazer ligações do conhecimento sociológico e filosófico com a realidade do aluno. Desse modo, permitir que aluno pense e assuma a posição de sujeito do meio social do qual ele faz parte.

2.3. Desvalorização da disciplina

É necessário destacar a desvalorização da disciplina dentro das escolas que vem de décadas, pois mudanças históricas ocorridas dentro da Sociologia no Brasil contribuíram para que houvesse um distanciamento da mesma.

Reformas educacionais que mantiveram a Sociologia afastada do ensino médio desestimularam jovens que estavam em processos seletivos na época, sendo assim anos após houve um déficit considerável de profissionais no mercado de trabalho quando o MEC consolidou a disciplina no campo escolar, ainda há necessidade de muitos profissionais formados na área.

O licenciando ainda deve aprender a lidar com preconceitos entre bacharéis e licenciados como cita Freitas (2007):

[...] de longa data a licenciatura tem sido relegada a um segundo plano nos cursos de Ciências Sociais. Desta forma, a questão do estágio curricular adquire uma complexidade maior na medida em que, valorizar a prática na formação docente implica, antes de tudo, em romper preconceitos e juízos de valor disseminados na longa duração e que estabeleceram uma diferenciação sem maiores fundamentos, entre o bacharelado – considerado um curso “nobre”, voltado á atividade teórica e à pesquisa - e a licenciatura – considerado um curso “plebeu” voltado à atividade docente, próprio para alunos menos aptos, sem maiores capacidades de reflexão e que portanto devem ocupar tarefas “menores”, como o exercício da atividade docente no ensino médio.

Tais fatores contribuíram para que muitos alunos apresentem resistência à matéria, essa desvalorização também se dá pela ausência de referenciais de conteúdos, metodologia de ensino e bibliografia adequada, pois até a consolidação da sociologia no ensino médio poucos profissionais já graduados se dedicaram em elaborar materiais com a linguagem mais simples para que o aluno de nível médio acompanhe. As autoras Jinkings e Lima, ressaltam os desafios que a ciências sociais enfrenta no sistema no processo educacional, em suas palavras:

“Os debates e as lutas em prol da incorporação da Sociologia à grade curricular obrigatória dos cursos de nível médio, assim como as experiências e reflexões desenvolvidas em destacadas universidades brasileiras iluminam dimensões dos enormes desafios das ciências sociais – e da Sociologia em particular –, relacionados aos processos educativos e de formação humana, na sociedade capitalista do início do século XXI. De um lado, mostram a urgência de serem desenvolvidas nas universidades linhas de pesquisa em metodologia do ensino em ciências sociais, voltadas para a reflexão e a investigação sobre as situações de ensino e os processos e relações sociais inerentes ao sistema educacional. De outro, apontam para a necessidade de uma efetiva integração entre bacharelado e licenciatura, superando as práticas de ensino e o modelo atual de organização dos cursos de graduação, que distanciam docência e pesquisa”. (Jinkings; Lima, 2005).

Analisando esses fatores torna-se imprescindível a formação adequada do futuro docente para que haja uma maior compreensão e aceitação da disciplina na grade escolar, uma vez que profissionais sem a capacitação necessária para ministrar a disciplina deixam a desejar o quanto a sociologia é de suma importância para a formação dos jovens.

O estagiário deve perceber na escola – campo como problematizar e enfatizar questões das ciências sociais em sala de aula no intuito de cativar e estimular o interesse dos alunos. Tendo em vista que a sociologia tem função de propiciar aos jovens uma análise de seus projetos de construção de identidade.

2.4. Discente e o professor não sociólogo

Segundo Oliveira e Barbosa (2013), no cenário nacional atual apenas uma minoria dos professores que ministram a disciplina de sociologia possui formação específica em ciências sociais, o que Braga (2009) considera uma sociologia profissional. Para ele:

“trata-se, [...], da fração hegemônica da comunidade socióloga nacionais cujos principais interesses se encontram orientados na direção da pesquisa científica financiadas pelo estado ou por fundações privadas de fomento”. (Braga, 2009, p. 166).

Braga (2009) ainda acrescenta outro dado relevante:

“Apenas 2.500 professores de sociologia que ensinam atualmente nas diferentes redes estaduais são licenciados na área. O restante deles, nada menos do que 17.500 professores, de acordo com o próprio Ministério da Educação, graduou-se em disciplinas tão diferentes como história, geografia, português, psicologia ou filosofia, e necessitarão de formação suplementar – ou seja, deverão recorrer à *sociologia profissional*”. (BRAGA, 2009, p. 167).

A ausência de profissionais na área sobrecarrega outros profissionais que por vezes tem que lecionar mais de uma disciplina por instituição de ensino, o que pode comprometer a excelência do ensino da sociologia.

O discente terá que saber lidar com essa realidade caso o professor regente não seja licenciado em ciências sociais, encontrar meios em que absorva de forma produtiva essa experiência. É importante que ele também pontue as dificuldades e procure junto com o professor regente solucionar esses obstáculos. Braga (2009) propõe que o estudante de sociologia aproveite essa experiência para

ir além, e convida ao entendimento de que é absolutamente necessário o fortalecimento de uma prática sociológica distinta da *sociologia profissional* – capaz de, a um só tempo, nutrir-se da sofisticação de seus métodos e superar seu refúgio acadêmico.

Mas, faz-se necessário, também (de maneira concomitante) a presença de uma *sociologia crítica* pronta a inquirir teoricamente tanto o ‘valor’ como os valores, mas que seja capaz, além disso, de atravessar as fronteiras da universidade para enredar-se na sempre complexa trama das lutas sociais autênticas. (BRAGA, 2009, p. 170).

O estagiário quando está na instituição de ensino por vezes não têm em mente os desafios que encontrará pela frente, a escola-campo lhe trará a realidade de como é complexo lecionar a disciplina principalmente na rede pública, onde há poucos concursos, baixos salários.

Outro desafio para o discente será dentro da sala de aula, como o domínio da turma; atualmente com tantas tecnologias o aluno acaba ficando distante durante a aula, alguns alunos dão prioridade a outras matérias mesmo estando presente na sala de aula usam o tempo de aula resolvendo atividades de outras disciplinas.

Frente a estes obstáculos o discente deverá usar as pesquisas, para tentar dinamizar a aula, terá que aprender a usar meios próprios para driblar as situações adversas, buscando junto ao professor regente cativar a atenção dos alunos.

Um momento que pode ser difícil para o estagiário é o momento no qual pode se deparar com os professores de sua escola-campo desmotivados, isso pode ser um choque, pois a sua instituição de ensino não os preparou para esta situação, professores exaustos com as duras cargas horárias, com a desmotivação dos colegas de trabalho, evasão escolar considerável, falta de oportunidade de capacitação.

Infelizmente esta é uma realidade comum na maioria dos estados brasileiros nesse quesito é importante procurar a falha que faz com que o sistema educacional não esteja sendo executado de forma positiva, essa questão inclui mais

que professores e alunos, incluem coordenadores, diretores, pais e todos aqueles que estão envolvidos nesse sistema educacional brasileiro. Para Jinkings e Lima:

“O ensino e a pesquisa de Sociologia e das demais ciências sociais podem contribuir para uma apreensão crítica da realidade social da atualidade e para o desvendamento de singularidades e contradições que marcam um mundo imerso em profunda crise. Uma crise marcada por uma precarização social sem precedentes e pela mercadorização de todas as esferas da vida humana. Pensar este mundo, conduzido cegamente pela *razão instrumental*, em que a ciência e a técnica afastam-se das necessidades sociais e a educação é vista como um “passaporte” para a civilização globalizada é tarefa que se impõe aos educadores e cientistas sociais. Nos dias de hoje, mais do que nunca são pertinentes as palavras de Theodor Adorno, na segunda metade do século passado: “desbarbarizar tornou-se a questão mais urgente da educação”.(JINKINGS; LIMA, 2005, p. 34).

Em 2012 o secretário da educação básica do ministério da educação César Callegari, admitiu que há falha no sistema educacional desde a formação dos discentes até a qualidade do material didático no ensino médio, apesar das melhoras que o século XXI nos trouxe, como o acesso rápido a informação, bibliotecas virtuais e outras facilidades da atualidade.

Segundo Callegari “A imensa maioria professores do ensino médio tem hoje curso superior, o que é um avanço. Mas muitos deles não têm a habilitação específica para a matéria que lecionam. Em algumas matérias, ainda há déficit de docentes”. Este reconhecimento da falha no sistema educacional brasileiro é um passo importante para a sua melhoria, desta forma o futuro docente não deve enxergar esse reconhecimento de forma negativa, pelo contrario, deve torna-se parte integrante desse processo de melhoria sabendo que suas ações interferiram de forma decisiva na vida dos jovens e consistentemente no processo de melhoria do sistema educacional brasileiro.

Sendo assim, o discente não está no estágio apenas para cumprir as exigências a fim de que sua graduação seja concluída, está para questionar os fatores que levaram a educação a estar com tantos problemas, e encontrar soluções junto aos pais, aos coordenadores, diretores e os próprios alunos.

3. O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA VISÃO DOS DISCENTES

3.1. Levantamento de dados e informações

A metodologia aplicada neste TCC é de natureza descritiva. Os capítulos anteriores compreenderam: a revisão bibliográfica sobre os Estágios Supervisionados, sua contribuição para a prática docente e a sua importância para a docência em Sociologia. Esta fase abrangeu a consulta de livros, textos e trabalhos acadêmicos que tratam da temática trabalhada no estudo em questão.

Neste capítulo serão apresentadas informações extraídas a partir da aplicação de um questionário juntos aos graduandos do 8º período de Ciências Sociais Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), no campus A. C. Simões, em Maceió, no ano de 2015.

Na elaboração do questionário, as perguntas foram agrupadas em dois conjuntos: o primeiro trata das características do perfil do aluno, composta de cinco questões objetivas e o segundo conjunto trata das características acerca da importância do estágio supervisionado na contribuição do exercício do magistério em Sociologia, ofertado aos alunos do 8º período do curso, composta de sete questões objetivas.

3.2 Universo e entrevistados

A pesquisa teve como população-alvo os estudantes do turno noturno do 8º período de ambos os gêneros do curso de Ciências Sociais Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), no campus A. C. Simões, em Maceió, que, segundo o relatório do sistema da UFAL, registrou 66 alunos matriculados no primeiro semestre letivo de 2015.

Deste total, apenas 21 alunos responderam as perguntas e devolveram o formulário de questões.

Lembrando que apenas 02 estudantes encontrassem com a matrícula registrada no mesmo período, com dedicação exclusiva à elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), foram abordados via rede social na internet.

Para efeito de análise dos dados, foram considerados apenas os alunos que responderam ao questionário. Optou-se por esse critério porque existem alunos em situação de trancamento ou abandono de curso. Aliás, neste último caso, não há

registro oficial, e, se os estudantes nessa condição fossem incluídos na pesquisa, os valores apurados poderiam inviabilizar uma leitura adequada dos resultados.

Delimitado esse critério, os valores apurados foram classificados em porcentagem e, na sequência, foi feita uma análise crítica dos questionários respondidos que deu origem aos resultados desta pesquisa.

3.3 Resultados da pesquisa

Os resultados da pesquisa foram obtidos a partir das respostas dos estudantes às perguntas objetivas do questionário aplicado. Para organizar melhor os dados e agrupar questões de temática semelhante, o questionário foi dividido em dois eixos: perfil dos estudantes e características acerca da importância do estágio supervisionado na contribuição do exercício do magistério em Sociologia.

3.4. Perfil dos estudantes

A primeira parte do questionário se divide em seis questões, sendo cinco objetivas e uma subjetiva. As perguntas buscam traçar o perfil dos estudantes participantes da pesquisa.

Na questão 1, é perguntada qual a faixa etária do aluno, com oito opções de resposta. E, de acordo com os dados obtidos (Tabela 1), chegou-se a conclusão de que 43% dos alunos possuem entre 21 e 25 anos, 24% estão entre 26 e 30 anos, 19% têm entre 18 e 20 anos e 14% têm entre 31 e 40 anos. As opções que apresentavam idade acima de 40 anos ficaram com 0%.

Tabela 1 – Faixa etária dos estudantes

RESPOSTA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
18 à 20 anos	4	19%
21 à 25 anos	9	43%
26 à 30 anos	5	24%
31 à 40 anos	3	14%
Mais de 40 anos	0	0%

TOTAL	21	100%
-------	-----------	-------------

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

A questão 2 pergunta qual é o sexo dos estudantes, com duas opções de resposta. O resultado obtido (Tabela 2) mostra que 19% dos alunos participantes da pesquisa são do sexo masculino e 81% do sexo feminino.

Tabela 2 – Sexo dos estudantes

RESPOSTA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Masculino	04	19%
Feminino	17	81%
TOTAL	21	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Na questão 3, o estudante é perguntado se o curso de Ciências Sociais Licenciatura foi a sua primeira opção no vestibular. Segundo os dados obtidos (Tabela 3), 95% dos alunos afirmaram que a graduação foi sim a sua primeira opção, enquanto que a alternativa que aponta para uma resposta negativa ficou com apenas 5%.

Tabela 3 – Curso de Ciências Sociais Licenciatura como primeira opção

RESPOSTA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Sim	20	95%
Não	1	5%
TOTAL	21	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

A questão 4 pergunta se o estudante pretende exercer a profissão de professor após formado. Segundo o resultado obtido (Tabela 4), 86% dos alunos afirmam que sim e 14% relatam que não pretendem trabalhar como professor.

Tabela 4 – Pretensão de exercer a profissão ao término do curso

RESPOSTA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Sim	18	86%
Não	3	14%
TOTAL	21	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

A questão 5, que se divide em uma pergunta objetiva e outra subjetiva, buscou saber do aluno se ele pretende mudar de profissão após receber o diploma e, se sim ou se não, qual a razão pela escolha.

De acordo com as respostas para a pergunta objetiva (Tabela 5), 57% dos alunos afirmam que não tem interesse em mudar de profissão, enquanto que 38% dizem ter a pretensão de mudar de profissão após concluir o curso. A pergunta deixou de ser respondida por 5% dos alunos.

Tabela 5 – Pretensão de mudar de profissão ao término do curso

RESPOSTA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Sim	8	38%
Não	12	57%
Não opinou	1	5%
TOTAL	21	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Com o intuito de identificar as razões que levaram os estudantes a optarem pelo sim ou pelo não, o questionário apresenta na mesma questão uma pergunta subjetiva para que o aluno possa explicar sua escolha.

Entre os que responderam sim para a questão objetiva, os motivos apontados para a pretensão de mudar de profissão foram a baixa remuneração e a falta de valorização do profissional, o estresse do trabalho, a falta de interesse por lecionar e a sensação de não se sentir preparado para exercer a profissão.

Entre os que responderam que não tem pretensão de mudar de profissão, os motivos apontados foram a identificação com a profissão, o amor à profissão, o desejo de transmitir conhecimento em sala de aula, a carência de bons professores na educação básica e a disposição de fazer a diferença enquanto profissional.

3.5 CARACTERÍSTICAS DA IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

A segunda parte do questionário se divide em dez questões, sendo oito objetivas e duas subjetivas. Neste trecho, as perguntas buscam identificar a qualidade do ensino oferecido pelo curso sob a perspectiva dos alunos relacionando a importância do estágio supervisionado para a efetiva contribuição na prática docente.

A questão 1 pergunta ao aluno se, na opinião dele, a grade curricular do curso de Ciências Sociais Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas deveria ser modificada, tendo duas opções como resposta. De acordo com o resultado obtido (Tabela 6), 76% dos estudantes acreditam que deve haver mudança e 24% entendem que não é necessário.

Tabela 6 – Necessidade de mudança na grade curricular do curso

RESPOSTA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Sim	16	76%
Não	5	24%
TOTAL	21	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

A questão 1.1 é um complemento da questão 1 e contém uma pergunta objetiva e outra subjetiva, apresentaram um problema ao se analisar as respostas. No caso, percebeu-se que boa parte dos alunos não compreendeu corretamente a pergunta, fazendo com que as respostas fossem contraditórias.

A questão 1.1 pergunta ao aluno se ele acredita que deveria haver mudança apenas nas disciplinas pedagógicas. Contudo, o termo “apenas” gerou dúvida nos alunos e, por causa das respostas contraditórias, tornou inválida a pergunta objetiva da questão em se tratando da análise da pesquisa em questão.

Apesar disso, as respostas subjetivas, que explicam os motivos para a necessidade de mudança nas disciplinas pedagógicas, merecem ser consideradas.

Sendo assim, entre os motivos apontados para a necessidade de mudança na grade de disciplinas pedagógicas estão a incoerência com a realidade do profissional, a ausência de conteúdo suficiente e a existência de muita teoria e pouca prática.

A questão 2 pergunta ao estudante se as devidas disciplinas do curso de Licenciatura proporcionam um suporte pedagógico para atuação no estágio supervisionado. Segundo o resultado obtido (Tabela 7), 86% dos alunos afirmam que sim e 14% relatam que não.

Tabela 7 – Disciplinas como suporte pedagógico para atuação no estágio supervisionado.

RESPOSTA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Sim	18	86%
Não	3	14%
TOTAL	21	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

A questão 3 pergunta ao aluno se o curso oferece atividade de aplicação prática dos conteúdos estudados e pede que, caso existam, sejam citadas. De acordo com o resultado obtido (Tabela 8), 67% dos estudantes entendem que sim e 33% alegam que não. Entre as atividades citadas estão Estágio Supervisionado, PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), aula de campo, monitoria e PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica).

Tabela 8 – Existência da oferta de atividades práticas no curso

RESPOSTA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Sim	14	67%
Não	7	33%

TOTAL	21	100%
--------------	-----------	-------------

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

A questão 4 pergunta ao aluno se ele acredita que os estágios supervisionados lhe proporcionaram condições adequadas para o exercício profissional. De acordo com o resultado obtido (Tabela 9), 81% dos estudantes entendem que sim e 19% alegam que não.

Tabela 9 – Compatibilidade do Estágio Supervisionado com a profissão

RESPOSTA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Sim	17	81%
Não	4	19%
TOTAL	21	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

A questão 5 pergunta ao aluno se para ele os estágios supervisionados reforçam as suas expectativas quanto à prática em sala de aula e pede que a resposta seja justificada. De acordo com o resultado obtido (Tabela 10), 62% dos estudantes dizem que sim e 38% alegam que não. Entre os que responderam que sim, os motivos apontados foram a possibilidade de ter uma visão geral da profissão, a percepção da realidade das escolas, a oportunidade de desenvolver habilidades didáticas e pedagógicas e a aproximação da teoria à prática. Entre os que responderam que não os motivos apontados foram a diferença entre a teoria que se aprende no curso e a realidade vista em sala de aula e a sensação de serem invasores imposta pelos professores das escolas.

Tabela 10 – Compatibilidade entre a expectativa e a realidade vista no estágio

RESPOSTA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Sim	13	62%
Não	8	38%

TOTAL	21	100%
--------------	-----------	-------------

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

A questão 6 pergunta ao aluno se a didática do professor em sala de aula contribui para a aprendizagem do corpo discente. De acordo com o resultado obtido (Tabela 11), 100% dos estudantes entendem que sim.

Tabela 11 – Importância da didática do professor para a aprendizagem

RESPOSTA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Sim	21	100%
Não	0	0%
TOTAL	21	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

A questão 7 pergunta ao aluno se após a realização do Estágio Supervisionado, ele sente – se apto para seguir a prática docente. De acordo com o resultado obtido (Tabela 12), 81% dos estudantes afirmam que sim e 19% alegam que não estão preparados.

Tabela 12 – Aptidão a prática docente após a execução dos estágios supervisionados

RESPOSTA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Sim	17	81%
Não	4	19%
TOTAL	21	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

3.6. Análise dos resultados

A pesquisa, que se deu a partir da aplicação de questionário, buscou identificar a qualidade de ensino, enquanto curso formador de professores para a

educação básica, oferecida pela graduação em Ciências Sociais Licenciatura do campus A. C. Simões da Universidade Federal de Alagoas. Para tanto, utilizou-se da percepção dos estudantes matriculados no turno noturno do 8º período do curso, que responderam questões sobre o perfil do aluno entrevistado e as características sobre a importância dos estágios supervisionados na contribuição da formação inicial.

Optou-se por selecionar os alunos do 8º período para a realização da pesquisa devido ao fato de eles já terem cumprido praticamente todas as disciplinas da graduação e estarem prestes a se formar, momento em que o estudante geralmente se preocupa com maior intensidade com o seu futuro.

A aplicação do questionário foi realizada em ambiente virtual, via rede social na internet. O questionário foi respondido por 19 estudantes matriculados nas disciplinas do período em questão, sendo 02 graduando em fase de dedicação exclusiva ao TCC.

O estudo aqui apresentado, portanto, não considera os alunos que optaram por trancamento do semestre e abandono do curso, até por não ser possível determinar se os mesmos têm interesse em permanecer na graduação, e toma como base para análise apenas o número de estudantes que participou da pesquisa.

Dentre estes, foi possível perceber que grande parte dos entrevistados é composta de jovens até 30 anos de idade, sendo 84% do total, com a faixa etária entre 18 e 25 anos como destaque, com 62%. Os estudantes com idade acima de 30 anos representam 14% do total. Neste grupo, 81% são mulheres e 19% são homens.

Ao relacionar idade e sexo, constatou-se que a maioria é composta por mulheres com idade de até 30 anos, totalizando 67% dos alunos participantes da pesquisa. Quanto aos demais, 9% são mulheres com mais de 30 anos, outros 19% são homens com idade até 30 anos e, por fim, 5% são homens com mais de 30 anos.

Em se tratando do interesse pela graduação, de acordo com o resultado obtido, praticamente todos os estudantes entrevistados escolheram o curso de Ciências Sociais Licenciatura como primeira opção no vestibular. Dado fornecido por 95% dos alunos. O curso não foi primeira opção para apenas 5% dos entrevistados.

Diante disso, quando o assunto é mercado de trabalho as respostas apresentam um certo otimismo por boa parte dos entrevistados. Não à toa, 86% dos alunos afirmaram que têm desejo de exercer a profissão ao término do curso e, ao serem questionados se pretendem mudar de profissão após formados, 57% alegaram que não.

De acordo com os próprios alunos, a motivação vem do histórico de carência de professores em escolas do estado e também de fatores emocionais, a exemplo da identificação e amor à profissão, do desejo de transmitir conhecimento em sala de aula e da vontade de fazer a diferença enquanto profissional.

Entretanto, 38% dos alunos afirmaram que pensam em mudar de profissão após formados. Os motivos apontados são a baixa remuneração e a falta de valorização do profissional, o estresse característico do trabalho, a falta de interesse por lecionar e ainda a sensação de não se sentir preparado para exercer a profissão.

As condições de trabalho, porém, parecem mais difíceis. O aumento da complexidade da gestão escolar, o risco de perder a estabilidade no trabalho, a desqualificação da profissão e o fracasso de estratégias supostamente efetivadas para melhorar as condições dos professores tendem a gerar um cenário bastante desfavorável para a concretização do perfil docente desejado. (KRAWCZYK, 2011. p. 765)

Sendo assim, o estágio supervisionado promove ao futuro docente uma compreensão dos diferentes aspectos da profissão, ele acaba representando um momento crucial para a escolha da carreira profissional dos alunos. É, de fato, que após a efetivação do estágio, a escolha ocorra por realmente prosseguir na profissão docente, enquanto outros buscam outra atividade profissional, sendo que a escolha dessa segunda opção se dá em virtude, principalmente, das dificuldades encontradas na carreira docente, como baixo salário, precarização das escolas, desvalorização profissional entre outros. Nesse sentido, Kulcsar (1991) ressalta a relevância do comprometimento do estagiário na realidade educacional, proporcionando a aquisição do conhecimento através das experiências vividas e dos desafios da profissão.

Nesse contexto, apesar de 67% dos estudantes considerarem a grade curricular como boa ou ótima, 76% entendem que é preciso haver mudanças também no quadro de disciplinas oferecidas pelo curso.

Entre os motivos apontados estão à incoerência com a realidade do profissional, a ausência de conteúdo suficiente em algumas disciplinas e a existência de disciplina desnecessária como Projetos Integradores.

De acordo com as autoras Pimenta e Lima (2004), compete aos cursos de formação possibilitar aos futuros professores a compreensão da complexidade das práticas e ações praticadas pelos profissionais, como alternativa no preparo para a inserção profissional. Isso pode ser conquistado se o estágio for articulado a todas as disciplinas, a fim de formar professores críticos e analíticos. Nesse sentido, “não é possível que o professor tenha uma prática investigativa se sua formação não priorizou a investigação a partir da análise da reflexão, da crítica e de novas maneiras de se educar” (BARREIRO, GEBRAN, 2006, p. 25)

Contudo, 67% dos estudantes afirmam que o curso oferece atividades de aplicação prática dos conteúdos ministrados pelos professores, a exemplo de monitoria, aula de campo, PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) e Estágio Supervisionado. Este último, por sua vez, segundo 81% dos alunos, contribuiu significativamente para adquirir condições adequadas para o exercício da profissão.

Diante do exposto, é possível afirmar que, o estágio supervisionado precisa ir mais longe, haja vista seu grande papel de agregar ao futuro docente valores para o dia-a-dia na sala de aula, sendo assim, fica mais fácil entender como as atividades práticas também contribuem para o aprendizado dos alunos/acadêmicos e em sua formação, pois através de uma observação orientada é possível adquirir diversas informações do trabalho escolar.

Nessa perspectiva, é que 62% dos estudantes entendem que o Estágio Supervisionado ajudou a compreender melhor o mercado de trabalho, embora também tenha sido possível perceber a diferença entre a teoria que se aprende no curso e a realidade vista em sala de aula, onde alguns estudantes, enquanto estagiários, tiveram a sensação de serem invasores aos olhos dos professores das escolas. Sendo assim, 81% dos alunos sentem – se aptos para seguir a prática docente após a realização do Estágio Supervisionado.

Nesse contexto, o estágio supervisionado torna-se essencial no processo de formação docente, proporcionando condições aos futuros educadores, em particular os estudantes da graduação, uma relação próxima com a realidade que envolve o dia a dia de um professor e, a partir das práticas os discentes começarão

a se compreenderem como futuros docentes, pela primeira vez encarando o desafio de conviver, falar e ouvir, com linguagens e saberes distintos do seu meio, mais acessível à criança (PIMENTA, 1997).

O resultado obtido com o questionário, portanto, mostra de maneira geral, o posicionamento dos estudantes de reconhecer a importância do estágio supervisionado para sua formação. Entendem que através desta prática os futuros professores terão a possibilidade de aquisição e construção de conhecimentos necessários à organização do trabalho docente em sala.

CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho é analisar o Estágio Supervisionado, como uma disciplina de aplicação de técnicas e conteúdos para cumprimento da grade curricular, reconhecendo que este, na verdade é uma oportunidade indispensável de obter experiências e promover o desenvolvimento no campo profissional.

O estágio supervisionado é uma porta para o discente adquirir experiência profissional que não deve ser vista apenas como uma obrigação dos cursos de licenciatura e sim a oportunidade de entender o que foi passado em sua instituição de ensino de forma teórica, sendo assim o estágio é onde o discente colocará em prática o que aprendeu durante a graduação, entenderá que os componentes curriculares passados em sua instituição de ensino não são isolados, fazem parte de um todo que está atrelado também a presença da disciplina de Sociologia no ensino médio. Essa experiência acrescentará a sua bagagem inúmeras experiências e habilidades, fazendo com que sua formação seja completa. Este estágio supervisionado será uma via de mão dupla onde a escola - campo também se beneficiará do futuro docente, pois o estagiário usará sua criatividade tornando a aula mais dinâmica e participativa.

O estágio também é o momento em que o discente tem a oportunidade de perceber se a sua escolha profissional corresponde com sua escolha de graduação, o que evitará que este seja frustrado profissionalmente lecionando uma matéria na qual não se identifica, ou até se identifique, porém não goste de lecionar. Esse é um fator muito importante, pois evitará que o sistema educacional brasileiro tenha mais um educador que não tem motivação pela disciplina.

O discente terá a oportunidade de romper com as fronteiras físicas, desenvolverá o raciocínio pedagógico necessitará de muito empenho e motivação pessoal, pois dentro das escolas mesmo que haja planejamento sempre haverá situações inesperadas que exigirão respostas rápidas por parte do discente e do professor regente. A escola - campo é para o futuro docente um celeiro de pesquisa, pois é neste momento que o estagiário busca o aperfeiçoamento da disciplina, formulando novas alternativas de atividade, novos meios de lecionar e atualizar meios já existentes melhora-los, desta forma a pesquisa é um elástico entre a teoria e prática.

Após a sociologia ser exigida em todos os anos do ensino médio, o licenciado tem uma responsabilidade a mais, a de formar pessoas, por este motivo o estágio supervisionado ganha um peso maior, pois o estagiário está frente-a-frente com sua profissão enxergando as dificuldades, a desvalorização da disciplina, à falta de materiais, os baixos salários, a falta de concursos. Entenderá que existe uma falha no sistema educacional brasileiro e como futuro professor de sociologia é parte integrante do processo de melhor aceitação da disciplina e parte fundamental da melhoria do sistema de educação, pois tem a missão de formar indivíduos com o pensamento crítico, capaz de ter uma visão mais reflexiva.

Diante da importância da disciplina para o ensino médio é necessário que o futuro docente também esteja apto para tal possibilidade. Nessa perspectiva de analisar os futuros docentes em Sociologia, foi aplicado um questionário aos alunos do 8º período noturno do curso de Ciências Sociais do campus A. C. Simões da Universidade Federal de Alagoas.

Os resultados obtidos trazem um panorama da percepção dos alunos frente à formação promovida pelo curso. O intuito da pesquisa é contribuir para o crescimento do curso através de uma espécie de *feedback* dos estudantes que estão prestes a concluir sua graduação.

Sendo assim, vê-se que a melhoria da educação e do ensino de Sociologia está diretamente relacionada à capacidade dos cursos de graduação de propiciar ao formando análise, reflexão e crítica. Portanto, os graduandos devem ser estimulados a compreender os conceitos e teorias, e para isso a formação inicial reflexiva do professor é de fundamental importância.

O trabalho docente constitui o exercício profissional do professor e este é o seu compromisso com a sociedade. A sua responsabilidade é a de preparar estudantes para se tornarem cidadãos ativos e participantes na família, no trabalho, na vida social, cultural e política. Conseqüentemente, este profissional é visto como um agente fundamental na educação escolar e na formação dos estudantes, pois atua como mediador e pode facilitar ou desestimular a aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARREIRO, I. M. F.; GEBRAN, R. A. Prática de ensino: elemento articulador da formação do professor. IN: BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo: Avercamp, 2006.

BRAGA, Ruy. Atravessando o abismo: uma sociologia pública para o ensino médio. In: BRAGA, Ruy; BURAWOY, Michael (Orgs.). *Por uma sociologia pública*. São Paulo: Alameda, 2009. P. 166/167/170.

BIANCHI, A. C. M., et al. Orientações para o Estágio em Licenciatura. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

BOURDIEU, Pierre. CHAMBOREDON, Jean Claude. E PASSERON, Jean-Claude. A profissão de Sociólogo. Petropolis: Vozes, 1999. P.133.

_____. *contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. Lei nº 6494 de 7 de dezembro de 1977. Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimento de ensino superior e ensino profissionalizante do 2º grau e supletivo e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/l6494.htm>> Acessado em 17 de agosto de 2015.

_____. Decreto nº 87497 de 18 de agosto de 1982. Regulamenta a lei nº 6494 de dezembro de 1977, que dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de 2º grau regular e supletivo, nos limites que especifica e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/decreto/d87497.htm>. Acessado em 17 de agosto de 2015.

_____. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/L9394.ht>.. Acessado em 17 de agosto de 2015.

_____. Lei 11788 de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452 de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis 6494 de 7 de dezembro de 1977 e 8859 de 23 de março de 1994. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2007-2010/2008/lei/L11788.htm Acessado em 17 de agosto de 2015

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº1 de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. 2002 a. Disponível em <http://www.mec.gov.br/cne/resolucao.shtm>.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2 de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. 2002b. Disponível em <http://www.mec.gov.br/cne/resolucao.shtm>.

BRASIL. ONCS. **Orientações Curriculares nacionais> sociologia**. MORAES, Amarury Cesar; GUIMARAES, Elisabeth da Fonseca; TOMAZI, Nelson Dácio. 2006 (leitores críticos: Pedro Contewratto, Ileizi Luciana F. silva, Pedro Tomaz de Oliveira neto).

_____. Câmara legislativa, disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/educacao-e-cultura/429615>

Governo-admite-falhas-no-ensino-medio-comissao-estuda-mudancas-no-setor.html
acesso em 16 de out de 2015.

CARVALHO, A.M.P. Reformas nas licenciaturas: a necessidade de uma mudança de paradigma mais do que de mudança curricular. Em Aberto, Brasília, ano 12, n.54, abr/jun.1992.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. Petrópolis: Vozes, 2006.

FELDKERCHER, Nadiane. O estágio curricular supervisionado como componente teórico e prático em cursos de formação inicial de professores. Revista Espaço Acadêmico, n.115, ano X, dez de 2010.

FERNANDEZ, C.M.B.; SILVEIRA, D.N. Formação inicial de professores: desafios do estágio curricular supervisionado e territorialidades na licenciatura. In: 30ª Reunião Anual da ANPED, 2007, Caxambu. Anais da 30ª Reunião anual da ANPED.

Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT04-3529-Int.pdf>. Acesso em: 16 out. 2015.

FILHO, A. P.O Estágio Supervisionado e sua importância na formação docente. *RevistaP@rtes.2010*. Disponível em: <http://www.partes.com.br/educacao/estagiosupervisionado.asp>. Acesso em: 16 out 2015.

FREITAS, R. Estágio supervisionado: espaço privilegiado de formação na licenciatura em Ciências Sociais. *Trabalho Apresentado no XIII Congresso Brasileiro de Sociologia*, na Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

IANNI, Octávio. A Sociologia numa época de globalismo. In: FERREIRA, L.(Org). A Sociologia no horizonte do século XXI. São Paulo: Bomtempo, 1997. P. 13-25

INSTRUÇÃO NORMATIVA PROGRAD/ Fórum das Licenciaturas nº 01 de 27 de setembro de 2013. Disponível em:

<http://www.ufal.edu.br/estudante/graduacao/normas/estagio-curricular/instrucao-normativa-prograd-forum-das-licenciaturas-no-01-de-27-de-setembro-de-2013/view>.

Acesso em 20 de agosto de 2015.

JINKINGS, Nise; LIMA, Silvia Auras de. A sociologia no ensino médio: experiências docentes, formação e condições de trabalho do professor. Florianópolis: UFSC, 2005.

KRAWCZYK, Nora. Reflexão sobre alguns desafios do ensino médio no Brasil hoje. *Cad. Pesqui.* Vol.41, no. 144, p.752-769. 2001.

KULCSAR, Rosa. O estágio supervisionado como atividade integradora. IN: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes [et all]; PICONEZ, Stela C. Bertholo (Coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado. Campinas-SP: Papyrus, 1991.

LIMA, M. S. L. O estágio nos cursos de licenciatura e a metáfora da árvore. In: *Pesquiseduca. Santos*, v.1, n.1, jan-jun. 2009. P. 45-48.

LÜDKE, M. O professor, seu saber e sua pesquisa. *Educação & Sociedade*, Campinas, n.74, p. 77-96, abr. 2001.

MAFUANI, F. Estágio e sua importância para a formação do universitário. Instituto de Ensino superior de Bauru. 2011. Disponível em:

<http://www.iesbpreve.com.br/base.asp?pag=noticiaintegra.asp&IDNoticia=1259>.

Acesso em: 16 out 2015.

MELLO, Guiomar Namó de. Formação inicial de professores para a educação básica: uma (re) visão radical. São Paulo: Perspec. Vol.14, no 1, p.98-110. 2000.

MEUCCI, Simone. Institucionalização da sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2011.

MIZUKAMI, M. das G. N. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

_____. et al. Escola e Aprendizagem da Docência. São Carlos: EDUFSCAR, 2002.

MORAES, A.C. Licenciatura em Ciências Sociais e o ensino de Sociologia: entre o balanço e o relato. Tempo Social, São Paulo, v.15, n.1, p. 5-20, 2003.

_____. Parecer sobre o ensino de Filosofia e Sociologia. Mediações, Londrina, v.12, p. 239-248, 2007.

_____. “Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade”. Caderno CEDES, v.31, p. 359-32, 2011.

OLIVEIRA, Amurabi & Barbosa, Vilma Soares L. Formação de Professores em Ciências Sociais: Desafios e possibilidades a partir do Estágio e do PIBID. <http://periodicos.ufrn.br/index.php/interlegere/article/download/4169/3403> Revista Eletrônica Inter-Legere (ISSN 1982-1662) □ Número 13, julho a dezembro de 2013. Acessado em 14 de outubro de 2015.

OLIVEIRA, E.S.G.; CUNHA, V.L. O estágio Supervisionado na formação continuada docente à distância: desafios a vencer e Construção de novas subjetividades. Revista de Educación a Distancia. Ano V, n. 14, 2006. Disponível em <http://www.um.es/ead/red/14/>. Acesso em: 17 out. 2015

PACHECO, C.R.F.; MASETTO, M. T. O estágio e o ensino de engenharia. In: MASETTO, Marcos Tarciso. (Org.). Ensino de Engenharia: técnicas para otimização das aulas. São Paulo: Avercamp Editora, 2001.

PARECER CNE/CP 09, de 08/05/2001 (que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior,

curso de licenciatura, de graduação plena). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>. Acesso em 20 de agosto de 2015.

PARECER CNE/CP 27/2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/027.pdf>. Acesso em 20 de agosto de 2015

PEREIRA, J. E. D. As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente. Educação & Sociedade, Campinas, n.68, p. 109-125, dez 1999.

PIMENTA, Selma Garrido. O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática?. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. (Org.). Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. O estágio na formação de professores. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Educação, Pedagogia e Didática. In PIMENTA, Selma. G. (Org.). Pedagogia, ciência da educação? São Paulo: Cortez, 1996.

_____. Formação de professor – Saberes da docência e Identidade do Professor. Nuances, São Paulo, Vol III, setembro de 1997.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Estágio e docência: diferentes concepções. Revista Poésis, v. 3, números 3 e 4, p. 5-24, 2005/2006

PREVIATTI, D; RICIERI, M.C; ALCANTARA, A. Experiência de Atenção Farmacêutica a usuários portadores de hipertensão e diabetes em duas unidades de saúde em Colombo-PR. Revista Olho Mágico, v.13, n.2- Abr/Jun.2006.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Disponível em:

<http://www.ufal.edu.br/estudante/graduacao/projetos-pedagogicos/campus-maceio/ppc-ciencias-sociais-licenciatura.pdf/view>. Acesso em 20 de agosto

RAYMUNDO, Gislene M.C. A prática de ensino e o estágio supervisionado na construção dos saberes necessários à docência. Olhar de professor, Ponta Grossa, v.16(2): 357-374, 2013. Disponível em: <http://www.uepg.br/olhardeprofessor>

RESOLUÇÃO nº 71/2006- CONSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006. Disponível em:

http://www.ufal.edu.br/estudante/graduacao/normas/documentos/resolucoes/resolucao_71_2006_consuni. Acesso em 20 de agosto de 2015.

RIBEIRO, Adélia Maria Miglievich et al. Sociologia e filosofia nas escolas de ensino médio: ausências, permanências e perspectivas. In: HANDFAS, Anita; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de (Orgs.). A sociologia vai à escola: história, ensino e docência. Rio de Janeiro: Quartet, 2009.

SAVIANI, Demerval. Os Saberes implicados na formação do educador. In: BICUDO, Maria Aparecida; SILVA JUNIOR, Celestino Alves (Orgs.). Formação do educador: dever do Estado, tarefa da Universidade. São Paulo: Unesp, 1996.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 2º Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

VASQUEZ, A. S. Filosofia da práxis. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ZAN, Dirce Pacheco e. O Estágio na Formação do professor de Sociologia. Cadernos CEDES, v.85, p. 449-458, 2011.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - LICENCIATURA



OS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A DOCÊNCIA
NO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS - UFAL

QUESTIONÁRIO PARA OS ALUNOS DO 8º PERÍODO DO CURSO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS LICENCIATURA

As perguntas a seguir servem somente para fins de pesquisa

I. CARACTERÍSTICAS ACERCA DO ALUNO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
LICENCIATURA DO 8º PERÍODO DA UFAL.

1. Qual a sua faixa etária?

- () 18 a 20 anos
- () 21 a 25 anos
- () 26 a 30 anos
- () 31 a 35 anos
- () 36 a 40 anos
- () 41 a 45 anos
- () 46 a 50 anos
- () + de 50 anos

2. Sexo:

- () Masculino
- () Feminino

3. O curso de Ciências Sociais Licenciatura foi a sua primeira opção no vestibular?

- () Sim
- () Não

4. Você pretende exercer a profissão de professor depois que concluir o curso?

() Sim () Não

5. Você pretende mudar de profissão depois que concluir o curso?

() Sim () Não

Por quê?

III. CARACTERÍSTICAS ACERCA DA IMPORTÂNCIA DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS NA CONTRIBUIÇÃO DO EXERCÍCIO DO MAGISTÉRIO EM SOCIOLOGIA

1. Em sua opinião, a grade curricular do curso de Ciências Sociais Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas deveria ser modificada?

() Sim () Não

1.1. Você acredita que deveria haver mudanças apenas nas disciplinas pedagógicas?

() Sim () Não

Por quê?

2. As disciplinas do curso de Licenciatura proporcionam suporte pedagógico para atuação no estágio supervisionado?

() Sim () Não

3. O curso oferece atividade (es) de aplicação prática dos conteúdos estudados durante o curso?

() Sim () Não

Qual (is)?

4. Os estágios supervisionados lhes proporcionaram condições para o exercício profissional?

() Sim () Não

5. Os estágios supervisionados reforçam as expectativas que você tinha quanto à prática em sala de aula?

() Sim () Não

6. Na sua opinião, a didática do professor contribui para a aprendizagem?

() Sim () Não

7. Após a realização do seu Estágio Supervisionado você sente – se mais preparado para seguir a prática docente junto a uma escola?

() Sim () Não

Por quê?

Obs.: Qualquer comentário extra, faça-o à vontade.

MUITO OBRIGADO

